



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

PARA UMA PRÁXIS DIALÉTICA: ANÁLISES TEÓRICO-PRÁTICAS

POLLYANA LUZ MACEDO DA SILVA¹
JENIFER MASCARENHAS SANTOS GOMES²

Resumo: Neste trabalho refletiremos sobre razão ontológica e formal-abstrata e suas características na sociabilidade capitalista, bem como as formas de espriar deste pensamento no cotidiano da vida social. Analisaremos também a práxis enquanto categoria dialética e enquanto ação consciente que gera transformação. Compreendê-la, portanto, evidencia o próprio entendimento do marxismo como uma filosofia de ação transformadora e revolucionária do homem como sujeito histórico-social.

Palavras-chave: Razão ontológica; razão formal-abstrata e práxis.

Abstract: In this work we will reflect on ontological and formal-abstract reason and its characteristics in capitalist sociability, as well as the ways of spreading this thought in the daily life of social life. We will also analyze praxis as a dialectical category and as conscious action that generates transformation. Understanding it, therefore, evidences the very understanding of Marxism as a philosophy of transformative and revolutionary action of man as a historical-social subject.

Keywords: Ontological reason; formal-abstract reason and praxis.

1 - NOTAS INTRODUTÓRIAS

No modo de produção capitalista há um modo capitalista também de pensar, de agir e de ser, indicando os valores da sociabilidade burguesa e o papel social que representa cada ator inserido no sistema. Em outras palavras, o modo de ser do real, de agir sobre o real está sustentado por uma racionalidade burguesa que Coutinho denomina de “razão miserável”. Aqui, “a objetividade se fragmenta numa coleção de ‘dados’ a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam” (COUTINHO, 2010, p. 43).

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <pollyanaluzmello@hotmail.com>

² Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense.

Num segundo momento abordaremos sobre práxis que é uma categoria fulcral para o marxismo diferenciando-o em relação a filosofias anteriores. Compreendê-la, portanto, evidencia o próprio entendimento do marxismo como uma filosofia de ação transformadora e revolucionária do homem como sujeito histórico-social.

Em tempos de exacerbada contradições do capital, as possibilidades de elevação da consciência crítica se estreitam. Porém, ao mesmo tempo, torna-se fulcral uma ação humana criadora – revolucionária – isto é, “uma consciências das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma autêntica consciência da práxis” (VÁSQUEZ, 1990, p. 47).

2 – ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: RAZÃO E SER TELEOLÓGICO

O primeiro a se preocupar com o conhecimento do “ser” – ontologia - foi Aristóteles. Porém, a razão ou racionalidade como modo de agir sobre o real ou modo de ser do real se intensifica nas discussões a partir de Kant. Para ele, as coisas têm uma racionalidade, portanto, podem ser compreendidas pela razão, isto é, o real tem uma lógica. Com Kant há uma divisão da razão divina (Copérnio), com a razão humana em evidência a partir de agora, pois o homem é ser criador – humanismo.

Mas, essa realidade se mostra na experiência (imediaticidade), ou seja, o conhecimento vai até a empiria, a experiência (subjetivismo). Para além da experiência, tudo é metafísica. Portanto, a razão é intrínseca do sujeito, sendo uma realidade subjetiva. Assim sendo, não consigo conhecer nada para além do fenômeno, pois o sujeito capta a realidade como ele percebe, existindo quantas verdades o sujeito consegue captar.

A limitação do autor reside justamente na acentuação da razão do sujeito, pois o mesmo não é uma folha em branco, ele traz o conhecimento subjetivo. Não está preocupado com a razão objetiva, pois cada sujeito imputa uma explicação causal através da experiência. Esta é uma forma de apreensão do

real que diz que a razão está no sujeito e é ele que contribui às atribuições do objeto.

Contudo, para Hegel, a razão é ela mesma dialética, movimento mais alto do pensamento. A razão dialética se aproxima da realidade, mas nunca consegue captá-la completamente, pois essa realidade é contradição em movimento, pois ela se mostra e se põem. Hegel começa a captar que a racionalidade é algo real e pode ser compreendido pela razão.

Conforme Hegel existe formas de aproximação do real, isto é, níveis de racionalidade. O primeiro momento seria a “intuição empírica” dada pelo mundo racional. Esse primeiro momento de apreensão da realidade é o saber imediato (percepção). É a primeira apreensão voltada para o todo – primeira visão de totalidade. Numa mesma realidade estão os contrários (negação da negação): o falso, como o não falso também são verdadeiros, captando o movimento dialético do real através do pensamento e não do real.

O segundo momento é o do intelecto (intelecção), momento do entendimento formal-abstrato, uma racionalidade formal, ou seja, como se apreende o real para chegar á dialética. O terceiro momento é a razão substantiva. A razão é dialética, essência não é dada, mas está em construção. É a razão em si mesmo, que é a dialética. Assim sendo, eu identifico (intuição), após eu reconheço ou crio representações (intelecção) e, por último, conceituo (razão) (NETTO, 1994).

Hegel, filósofo preocupado em entender a sociabilidade pós Revoluções burguesas, defende a razão, recupera a lógica dialética. Para ele, a história não é resultado da ação concreta dos homens, mas da razão. O homem faz cultura, isso é que o diferencia do mundo animal. Na cultura temos os homens, livre e civilizados.

Coutinho descreve três períodos para compreender a sociedade atual: a ascensão da razão, o desenvolvimento da razão e a decadência da razão. Neste último, no rompimento com a tradição progressista, a burguesia fragmenta aparência e essência. A burguesia chega a um momento que se justifica através de seus ideólogos, não captando o existente, mas justificando-o.

A partir de 1830 se põem a luta de classes que coloca a burguesia no lugar de classe conservadora e reacionária. Com isso, as bases da sociabilidade entram em crise, porém a burguesia busca uma ressignificação de seu pensamento, apreendendo no irracionalismo seu modo de pensar e agir. Assim,

(...) se a tarefa ideológica da burguesia revolucionária fora a conquista da realidade por uma razão explicitada em todas as duas determinações, essa tarefa – na época da decadência – consiste precisamente em negar ou em limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens (COUTINHO, 2010, p. 23)

Assim sendo, no lugar do humanismo entra em cena o individualismo – história sem sujeito. A luta de classes é invisibilizada devido à “decadência ideológica” da burguesia. Verifica-se que em momentos de insegurança e questionamento da ordem, a burguesia volta a teorias irracionistas.

Tanto o irracionalismo alemão quanto o irracionalismo estruturalista padecem do mesmo mal, ou seja, são correntes agnósticas. Coutinho combate o agnosticismo, enquanto corrente do pensamento que não capta a coisa em si – essência – ficando ao nível do imediato e da percepção. No agnosticismo, a razão é um conjunto de regras do intelecto, portanto, a essência humana é a-histórica.

Para Coutinho, a razão formal-abstrata, isto é, razão burguesa, é miserável devido ser limitada e limitadora, pois entende a razão como um conjunto de regras e valores que subsume o pensamento a uma práxis burocratizada através da manipulação de técnicas do mundo, derivadas do positivismo³. Razão formal, pois ainda não capta o conteúdo e a essência, estacionando somente na aparência que está no nível do imediato (empíria).

A forma da razão é importante, pois sinaliza o fenômeno. Mas, há mais coisas por trás. Por isso, devemos avançar para uma razão dialética. Razão abstrata, porque abstrai dos fatos os conteúdos concretos, isto é, abstrai os fatos das relações sociais que os engendram. Portanto, é a-histórico.

³ No positivismo o fato social é tudo que constrange o sujeito a fazer ou não fazer alguma coisa. Portanto, aqui temos um sujeito passivo e um objeto ativo. A primazia é do objeto sobre o sujeito, pois os fatos são exteriores ao sujeito.

Em outras palavras, na racionalidade formal-abstrata burguesa, o racional eu compreendo pela via da razão e a razão é aquilo que eu penso (subjetivo), portanto, há uma objetividade falsa. Há uma naturalização da relação homem e natureza. Daí o domínio dos homens sobre outros homens.

Diferentemente, Marx pensa a práxis como uma ação consciente. A consciência é um processo, o ser consciente capta a realidade através da processualidade e aproximações sucessivas. Aqui se tem uma busca de unidade entre sujeito e objeto. O sujeito é um sujeito histórico, produto social da história. Objeto e sujeito estão numa relação dinâmica, processual e dialética, sendo unidade dos diversos, pois ambos são diferentes.

Portanto, o real é objetivo, mas é captado através do ser consciente (subjetivo). A consciência se desenvolve neste movimento. É a partir do imediato, que vai além da mera aparência para alcançar a essência, sendo também inclusiva, pois contem a razão objetiva.

Assim, fazer uma crítica da cultura burguesa só é possível através da ontologia social crítica. Através da superação dialética, temos determinações reflexivas que renova, mas conserva. Aqui a razão em si é ela mesma dialética, isto é, razão da própria coisa. Na lógica dialética, a racionalidade do real é um sistema categorial que permite conhecer o real, pois parte das categorias constitutivas da própria coisa – método que permite apanhar essas formas de ser do ser.

Práxis entendida aqui enquanto constituinte do ser social. O salto ontológico só faz sentido através da práxis que é categoria fundante da razão dialética, como uma forma de ser do sujeito, conjunto de objetivações do mesmo. O primeiro modelo de práxis é o trabalho. Não só superando, mas incorporando, temos outras formas de práxis, a política, a ética, entre outras.

Na perspectiva da totalidade, entendemos o fenômeno como processo, no sentido de não fixá-lo na sua representação, descobrindo como ele esconde e se mostra. A representação imediata é, ao mesmo tempo, carente e plena de mediações, pois apesar da imediaticidade (aparência), podemos ir além do perceptivo. Assim, a aparência faz parte da essência, sendo uma de suas faces.

O conhecimento me permite desvelar partes, mas quanto mais conheço, não consigo identificar os limites do conteúdo do conhecimento, pois todo conhecimento é provisório, sendo sempre aproximativo e histórico. Conquanto, na medida em que captamos uma faceta do real, podemos apreender outras facetas. O real se manifesta pela contradição, pois se põem e se esconde.

Marx quando analisa o modo de produção capitalista, ele parte do concreto enquanto síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso, de coisas diferentes. O concreto não se explica isoladamente, só se explica em relações sociais. Ele passa das abstrações do imediato para o concreto. E a gênese do concreto não está no pensamento, mas no real. O sujeito captando ou não o objeto no pensamento, o objeto continua existindo, é objetivo. Assim também, é a realidade que permite que as categorias sejam formuladas e constituídas.

Para Marx, o modo de produzir da vida material e espiritual banha as outras esferas das relações sociais, tais como, política, cultura, arte, Estado, etc. A riqueza vem da capacidade humana de transformação, isto é, do trabalho.

Em suma, quando o pensamento não tem condições de superar o imediatismo e o espontaneísmo, não pode superar a descrição da forma aparente e alcançar a reprodução da essência. Converte então essa forma aparente em fetiche, ao conceder-lhe uma autonomia e universalidade que não possui (COUTINHO, 2010, p. 39).

Quando ele fala do fetichismo da mercadoria, ele quer descobrir o seu segredo. A mercadoria é um hieróglifo social para ele. Devemos apreender além da forma mercadoria, isto é, o processo social que levou a produção da mercadoria. Assim temos que captar o processo, objetivo, a intencionalidade da produção da mercadoria, pois se não a mercadoria se perde e se torna algo independente do produtor, porque capta a expressão fenomênica da mercadoria. A igualdade do parente da circulação de mercadorias e a desigualdade da essência, porque é dispêndio de energia humana.

Em outros tipos de sociedade, as relações sociais eram transparentes. A sociabilidade burguesa esconde o conteúdo na sua forma, na sua aparência. O modo de produção capitalista tem em seu caráter intrínseco o fetichismo.

Portanto, é preciso desvelar a forma fetichista, mas só o conhecimento não supera esse modo de produção. Para tanto, são necessários sujeitos históricos organizados e conscientes.

3 – PARA UMA PRÁXIS DIALÉTICA

Para Marx, em sua ontologia social, o trabalho vem antes da razão. É o sujeito que vem antes da consciência, isto é, a ação dos homens vem antes da consciência. O trabalho é uma ação concreta mediada pelo acúmulo de conhecimentos, sendo uma ação transformadora do homem com a natureza, gerando várias necessidades. O que nos distingue dos animais é a capacidade da práxis do trabalho, onde se transforma a realidade.

Práxis é toda ação consciente que gera transformação. A consciência é a capacidade humana de acumular conhecimento (no sentido amplo do termo, valores, hábitos, culturas – genericamente falando). Não é inata, ela é potência, pois se desenvolve na relação entre os homens (relações familiares de amizade) sociabilidade histórica.

No cotidiano nós reproduzimos enquanto seres, aprendemos a conviver em sociedade, aprendemos a várias outras coisas. O cotidiano pede de nós respostas rápidas, isto é, pragmático. Na superficialidade cotidiana não conhecemos a realidade na sua profundidade, conhecemos apenas o aparente. Para tal, não precisamos dominar a estrutura da sociedade. A práxis cotidiana são superficiais e fragmentadas, não precisando aprofundar e compreender todas as capacidades. A vida cotidiana tende a ser alienante devido todas essas características.

Para Kosik, a vida cotidiana traz o mundo pseudo-concreticidade que constitui

(...) o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo uma aspecto independente e natural. A ele pertencem: o mundo dos fenômenos externos (...); o mundo do tráfico

7

e da manipulação (...); o mundo das representações comuns (...) e o mundo dos objetos fixados (...) (KOSIK, 1976, p. 11)

Conquanto, o mundo da pseudo-concreticidade se dá como num jogo de espelhos mágicos a qual o que aparece na verdade não é. Isto é, ao mesmo tempo em que aparece também esconde; “é um claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1976).

Para ultrapassar a superficialidade eu preciso conhecer os conflitos, os sujeitos daquela realidade, os valores universais. O esforço é no campo da ética, de olhar para a necessidade de uma forma crítica, tentando romper com as reproduções dessas características pragmáticas. A negação da imediatez e da percepção requer elevar o pensamento do abstrato ao concreto.

Assim, apreender o fenômeno é captar a relação dialética entre essência e aparência, isto é, “compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação (aparência), a essência seria inatingível” (KOSIK, 1976, p. 12). Portanto, para a descoberta da “coisa em si” e de sua estrutura - que não se manifesta a olho nu - é preciso um movimento dialético que distingue a representação da “coisa em si” que está no plano do imediato, do conceito que é o real ou a compreensão do real. A destruição dessa pseudo-concreticidade é também destruição da pseudo-independência dos fenômenos em sua manifestação aparente. O movimento dialético é o “método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 1976, p. 32).

A característica aparente da coisa é produzida de modo natural pela práxis cotidiana, engendrando pensamento comum e/ou do senso comum, sendo o pensamento do agir humano diariamente. “Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada, no tráfico e na manipulação não é o mundo real; embora tenha a consistência e a validade do mundo real; é o mundo da aparência” (KOSIK, 1976, p. 15).

Práxis enquanto atividade material do homem transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano. Aqui práxis se diferencia de seu uso

do senso comum como atividade prática do homem no sentido estritamente utilitário e pejorativo de expressões como “homem prático”, “resultados práticos”, “profissão prática. Também não entendemos a práxis como mera atividade da consciência, antes como atividade material do homem social (VASQUEZ, 1990, p. 3).

Para Vásquez, o homem comum e corrente é um homem prático que tem diante de si uma consciência comum, percebendo as coisas ao seu redor como algo natural e imutável. Aqui “pensamento e ação, teoria e prática⁴ são coisas que se separam (p. 14) e que, portanto, não tem conhecimento sobre o verdadeiro conteúdo e significação de sua atividade. Esse homem comum é entrelaçado por um mundo utilitário de interesses da cotidianidade, não se elevando à consciência da práxis a fim de transpor os limites da prática utilitária. A consciência da práxis em sua totalidade apreende uma verdadeira significação humana dos atos e objetos se, somente se, por uma práxis histórica e social.

Conforme vimos anteriormente, o período do Renascimento aflora a razão humana e sua vontade. “O homem deixa de ser um mero animal teórico para ser trabalhador sujeito ativo, construtor e criador do mundo” (VÁSQUEZ, 1990, p. 25). Aqui a razão,

(...) permite-lhe compreender a natureza; sua vontade – iluminada pela razão – permite dominar e modificar a natureza. Principia-se a avaliar o conhecimento e a transformação da natureza de acordo com os interesses econômicos da burguesia e do incipiente modo capitalista de produção. O poder e o futuro dessa classe social estão ligados à transformação prático-material do mundo e ao progresso da ciência e da técnica, que estão condicionados, por sua vez, pela citada transformação. O conhecimento científico deixa de ser uma atividade válida por si mesma, que se degrada ao ser aplicada aos problemas práticos-mecânicos, para colocar-se a serviço da produção capitalista e, por sua vez, ser impulsionada por esta (VÁSQUEZ, 1990, p. 25).

⁴ “(...) a negação das relações entre teoria e prática material produtiva, ou o modo de vinculá-las, provém, no pensamento grego, de uma concepção do homem como ser racional ou teórico por excelência. Essa concepção faz parte da ideologia dominante e corresponde às condições sociais da cidade antiga, na qual a impotência, por um lado, do modo de produção escravista e, por outro, a suficiência da mão-de-obra servil para satisfazer as necessidades práticas, fazem com que se ignore o valor do trabalho humano, e que este se apresente como mera rotina ou atividade servil em que conta, acima de tudo, não o produtor mas sim o produto” (VÁSQUEZ, 1990, p. 21)

Apesar de sua clara evidência, a atividade prática na consciência renascentista da práxis ainda é secundária. A práxis produtiva é exaltada pelos economistas clássicos da sociedade capitalista, sendo o trabalho humano a fonte da riqueza socialmente produzida. Os achados desses autores encontram barreiras diante da ausência da abrangência da categoria trabalho em sua totalidade e por não apreender a luta de classes nas relações sociais da sociabilidade capitalista.

Vale ressaltar que nem toda atividade é práxis⁵. A atividade consciente requer antecipação do resultado que se quer alcançar. “Sua característica é a de que por muito que o resultado real diste do ideal, trata-se em todo caso, de adequar intencionalmente o primeiro ao segundo” (VÁSQUEZ, 1990, p. 187). Assim, a atividade humana projeta primeiro um resultado ideal com a finalidade de atingir um resultado real, sua intencionalidade direcionará o resultado do produto distinguindo-se de qualquer atividade natural.

A atividade humana é, por conseguinte, atividade que se desenvolve de acordo com finalidades, e essas só existem através do homem como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana requer certa consciência de uma finalidade, finalidade que se sujeita ao curso da própria atividade (VÁSQUEZ, 1990, p. 189).

Entre o pensamento e a ação encontram-se mediações e/ou finalidades a serem alcançadas pela práxis humana.

Como toda atividade propriamente humana, a atividade prática que se manifesta no trabalho humano, na criação artística ou na práxis revolucionária, é uma atividade adequada a objetivos, cujo cumprimento exige – como dissemos – certa atividade cognoscitiva (VÁSQUEZ, 1990, p. 193).

⁵ “Por atividade em geral, entendemos o ato ou conjunto de atos em virtude do qual um sujeito ativo (agente) modifica uma determinada matéria-prima. Exatamente por sua generalidade essas caracterização da atividade não especifica o tipo de agente (físico, biológico ou humano) nem a natureza da matéria-prima sobre a qual atua (corpo físico, ser vivo, vivência psíquica, grupo, relação ou instituição social), bem como não determina a espécie de atos (físicos, psíquicos e sociais) que levam a certa transformação) o resultado da atividade, isto é, seu produto, também se dá em diversos níveis: pode ser uma nova partícula, um conceito, um instrumento, uma obra artística ou um novo sistema social (VÁSQUEZ, 1990, p. 186).

A atividade prática tem a característica de ser “real, objetiva ou material”, pois o seu produto final tem certa dependência em relação ao processo de sua produção, portanto, uma substantividade própria que se impõe perante o sujeito. Assim,

O objeto da atividade prática é a natureza, a sociedade ou os homens reais. A finalidade dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. E o resultado é uma nova realidade, que subsiste independentemente do sujeito ou dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem, como ser social (VÁZQUEZ, 1990, p. 194).

Para Vázquez, entre as formas de práxis estão a práxis produtiva, a práxis da criação de obras de arte, a práxis científica e a práxis social ou política.

Na práxis produtiva, o homem estabelece com a natureza, através de seu trabalho, a atividade prática produtiva, criando um mundo de objetos úteis às suas necessidades. Esse processo só se estabelece em determinadas condições sociais ou “relações de produção”.

Nesse sentido, o homem produz um mundo humanizado, pois além de sedimentar seus projetos e finalidades através da satisfação de suas necessidades, o mesmo se transforma e se recria.

Na práxis criadora de obras de arte, há uma “necessidade geral humana de expressão e objetivação” (p. 198). Assim, na práxis artística há a produção de uma nova realidade.

A práxis científica experimental satisfaz às necessidades de investigação teórica. Aqui, “o pesquisador atua sobre um objeto material modificando à vontade as condições em que se opera um fenômeno” (VÁZQUEZ, 1990, p. 199). Por último, a práxis social ou política é “a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado” (VÁZQUEZ, 1990, p. 200).

A estrutura do modo de produção capitalista é baseada numa sociedade dividida em classes diferentes e a política integra a luta de classes pela direção da mesma sociedade. “A práxis política, enquanto atividade prática

transformadora alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade” (VÁZQUEZ, 1990, p. 201).

A atividade teórica e a atividade filosófica não são consideradas práxis, pois não modificam a realidade posta. Ambas só têm existência por em relação com a prática. Assim, a teoria não modifica o mundo. “Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar com seus atos reais, efetivos, tal transformação” (VÁZQUEZ, 1990, p. 206-207).

Portanto, a transformação da sociedade é o que interessa, “daí que a teoria tenha de ser arrancada de seu estado meramente teórico e, através das mediações adequadas buscar realização” (VÁZQUEZ, 1990, p. 207).

3.1 - Unidade entre teoria e prática

Teoria e prática são diferentes, mas não dicotômicas, tendo uma unidade. Para a consciência comum há a dicotomia entre prático (utilitário) e teoria, isto é, o senso comum não estabelece relação com a teoria, mas com o praticismo.

Assim, como o senso comum, o pragmatismo também evidencia a prática sem teoria, “infere que o verdadeiro⁶ se reduz ao útil, com o que solapa a própria essência do conhecimento, dissolvendo o teórico no útil (...)” (VÁSQUEZ, 1990, p. 211).

Para o marxismo, a função prática social da ciência tem sua utilidade social. “O conhecimento verdadeiro é útil na medida em que com base nele, o homem pode transformar a realidade” (VÁZQUEZ, 1990, p. 213). Já no pragmatismo há uma invasão, pois é verdadeiro porque é útil; e não é útil na medida em que é verdadeiro. Assim, a separação entre teoria e prática se assenta na diminuição do prático ao utilitário.

⁶ “A verdade aqui é posta em relação com as crenças que nos são mais vantajosas. Portanto, a verdade fica subordinada a nossos interesses, ao interesse de cada um de nós. Por conseguinte, não se manifesta em concordância com uma realidade que nossa consciência reproduz, e sim corresponde a nossos interesses, ao que seria – para nós- melhor, mais vantajoso ou mais útil acreditar” (JAMES, W. apud VÁZQUEZ, 1990, p. 212).

O critério de verdade para o pragmatismo é, por conseguinte, o êxito, a eficácia da ação prática do homem entendida como prática individual. Para o marxismo, é a prática mais concebida como atividade material, transformadora e social (VÁZQUEZ, 1990, p. 213).

“A prática é fundamento da teoria”, pois dá o norte ao processo e desenvolvimento do conhecimento. Numa sociedade avançada como a atual, a produção determina a ciência englobando-a como força propulsora ao desenvolvimento, por isso não podemos separar teoria e prática.

Do mesmo modo, a teoria da revolução é escrita por Marx firmando uma relação próxima com a atividade prática, vide Manifesto do Partido Comunista.

Vázquez ressalta que

O fato de que a política determine a teoria não apenas como sua fonte – prática que amplia com suas exigências o horizonte de problemas e soluções da teoria – como também finalidade – como antecipação ideal de uma prática que ainda não existe –, demonstra, por sua vez, que as relações entre teoria e prática não podem ser encaradas de maneira simplista ou mecânica, isto é, como se toda teoria se bastasse de modo direto e imediato na prática (VÁZQUEZ, 1990, p. 233)

Quando falamos da prática como fundamento e finalidade da teoria devemos atentar que essa relação faz parte de um processo histórico-social e não de elementos isolados da prática, ou seja, a relação entre teoria e prática não são postos de modo imediato e direto. Teoria e prática conversam numa relação de unidade e não de identidade, “unidade que implica ao mesmo tempo numa oposição e autonomias relativas” (VÁZQUEZ, 1990, p. 239). Assim, “a prática não fala por si mesma e exige uma relação teórica com ela: a compreensão da práxis” (p. 237), porém negá-la é um equívoco idealista. Essa unicidade se expressa na práxis enquanto atividade teórico-prática.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem é um ser prático, social e político. Diante disso, é necessário pensar possibilidades e limites da profissão a qual, muitas vezes, não há uma

relação de unidade dialética. Estamos encharcados do pragmatismo como expressão teórica do mundo burguês, porém precisamos transcendê-lo enquanto modo de pensar imediato do mundo burguês, principalmente nas ações cotidianas.

A realidade concreta é um todo complexo de complexos – totalidade. O homem como produto de sua existência, como ser social é teleológico. O homem, diante de suas necessidades constrói alternativas, imaginando o provável resultado de sua escolha – prévia ideação (teleologia). A este processo denominamos de teleologia.

O homem transforma o que foi previamente idealizado em um objeto que pertence à sua realidade externa – objetivação. Resulta, portanto, o seu trabalho, da transformação da realidade e da natureza, do indivíduo e sociedade envolvidos. Isso significa dizer que o trabalho não implica no desaparecimento da natureza, mas na sua transformação no sentido desejado pelo homem. Porém, a história não tem teleologia, mas tem substância que se conserva, preserva na mudança. Os homens põem sua intencionalidade nas séries causais, mudando as causalidades postas

Assim, sendo o trabalho não é mero resultado da intencionalidade, mas das construções causais. A todo tempo estamos interferindo nas conexões causais, pois temos intencionalidade (teleologia). O resultado é uma causalidade posta pelo sujeito, pois é ele quem dá direção à história. A história não tem intencionalidade (teleologia), mas causalidade.

Atualmente há um recuo das bases naturais, mas isso não significa sua eliminação. Estamos desenvolvendo capacidades mais elevadas através do trabalho e outras formas de objetivações, tais como, a arte, política, Estado, cultura, religião, ciência, ética, entre outras. Por conta desse recuo da natureza, as causalidades são causalidades postas pelos sujeitos através das relações sociais. Assim, o trabalho sendo elemento fundante não é único e nem o mais complexo. Outras esferas e/ou complexos de objetivações não estão atomizados dessa relação com a práxis cotidiana.

O homem só dá respostas à medida que ele pergunta, ele atende aos carecimentos. Assim amplia sua margem de liberdade, amplia suas necessidades. Transforma em pergunta o próprio carecimento. Só atendendo as necessidades eu amplio as liberdades. Em outras palavras: só é possível a liberdade na mudança, mediante as condições necessárias para tal (comer, beber, dormir, abrigar, etc.). Embora seja uma possibilidade para a mudança não há nada que garanta que isso ocorra.

Nessa nova sociabilidade efetivam-se liberdade e necessidade ao mesmo tempo e pelo mesmo processo: o trabalho. O salto ontológico desses processos sociais é objetivado através do trabalho que é “o elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade e da realização desta” (MUSTAFA; BENATTI, 2010, p. 402). O primeiro ato histórico é por meio do trabalho com o homem satisfazendo suas necessidades através da produção e reprodução da vida material. Assim, a vida é material e simbolicamente produzida. A alimentação, o vestuário e a moradia são expressões dessa dialética.

O trabalho destaca o homem da natureza porque ao transformar a natureza, ele, automaticamente, se transforma, constrói a realidade objetiva e se constrói enquanto indivíduo. Adquire conhecimentos e habilidades que, antes não possuía, distinguindo-se, portanto, de outros seres vivos. Em outras palavras: o homem, ao transformar a natureza, modifica também as suas potencialidades ocultas.

A individualidade é síntese da sociabilidade, expressão da minha relação de ser único, síntese das relações, enriquecida pelo humano-genérico. O modo de produção capitalista vai exacerbar/inflar essa individualidade gerando por outro lado o individualismo. A sociedade capitalista é resultado de um projeto de classes, da classe dominante burguesa. Liberdade é enfrentar essa alienação, porque somos seres de projetos, as nossas ações podem negar ou legitimar esses projetos.

5 - REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Revista: **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

NETTO, J. P. "Razão, ontologia e práxis". **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 15, n. 44, 1994.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo. In: MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, Livro I, Cap I, item 4. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MUSTAFA, P. S.; BENATTI, L. P. dos S. Trabalho e necessidades: há satisfação das necessidades humanas na era do capital? In.: SANT'ANA, R. S. et. al. (org.). **Aveso do Trabalho II**: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VÁSQUEZ, Sanches A. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1990.